LIONSTRUST
Fund Administration Services

Demonstrações Financeiras Anuais do

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)

Exercício findo em 28.02.2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas, à Administradora e à Gestora da
Classe Única do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Responsabilidade Ilimitada
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Responsabilidade Ilimitada ("Classe"), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda ("Administradora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Classe em 28 de fevereiro de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Classe de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo das ações de companhia de capital fechado

Em 28 de fevereiro de 2026, a Classe possuía 54,75% do seu patrimônio líquido representado por aplicações em ações de companhia de capital fechado, sem negociação em bolsa ou mercado organizado, no montante de R$ 20.083 mil cuja mensuração a valor justo se dá com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador independente, que utiliza, dentre outros, premissas que incluem expectativas de projeções de resultados futuros da companhia investida e taxas de desconto. Esses investimentos possuem risco de distorção relevante, em função da determinação do seu valor justo envolver premissas, dados e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dessas ações e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e nos dados do laudo de avaliação econômico-financeira, bem como as incertezas em relação à sua realização teriam sobre as demonstrações financeiras em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(i) Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e da consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo de avaliação referentes ao investimento da Classe;

(ii) análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos no laudo de avaliação referentes ao investimento da Classe; e

(iii) Leitura das divulgações efetuadas nas s demonstrações financeiras da Classe.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados na mensuração do valor justo desses ativos e o nível de divulgação desses ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026.

Responsabilidades da administração da Classe pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Classe continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar a Classe ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Classe.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Classe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Classe a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 11.760.191/0001-06
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO

		28.02.2026				28.02.2025			
Aplicações/Especificação	**Nota**	**Espécie**	**Quantidade**	**R$ mil**	**%PL**	**Espécie**	**Quantidade**	**R$ mil**	**%PL**
1. ATIVO									
1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				**15.419**	**42,03**			**1.880**	**1,37**
1.1.2. EQUIVALENTES DE CAIXA				**15.419**	**42,03**			**1.880**	**1,37**
LT Zeragem FIF Renda Fixa Simples		Cota	10.699.181	15.419	42,03	Cota	1.491.101	1.880	1,37
1.2. TÍTULOS DE EMISSÃO DE SOCIEDADES ALVO				**21.573**	**58,81**			**135.577**	**99,02**
1.2.1. AÇÕES DE COMPANHIAS FECHADAS				**20.083**	**54,75**			**78.924**	**57,64**
Ri Happy Brinquedos S.A.	3a	ON	9.235.674	20.083	54,75	ON	9.235.674	78.760	57,52
HPT Participações S.A.	4a	-	-	-	0,00	ON	17.000	164	0,12
1.2.2. AÇÕES DE COMPANHIAS ABERTAS				**1.487**	**4,05**			**56.502**	**41,27**
Rede D'or São Luiz S.A.	4b	-	-	-	0,00	ON	1.959.306	53.273	38,91
Grupo Toky S.A	3c	ON	2.323.027	1.487	4,05	ON	2.323.027	3.229	2,36
1.2.3. BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO EM AÇÕES DE SOCIEDADES ALVO				**3**	**0,01**			**151**	**0,11**
Grupo Toky S.A	3c	-	2.323.027	3	0,01	-	2.323.027	151	0,11
TOTAL DO ATIVO				**36.992**	**100,84**			**137.457**	**100,39**
2. PASSIVO									
2.1. VALORES A PAGAR				**309**	**0,84**			**540**	**0,39**
Encargos do Fundo				309	0,84			540	0,39
2.2. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				**36.683**	**100,00**			**136.917**	**100,00**
Cotas subscritas	5			360.000				360.000	
Cotas a integralizar	5			(11.928)				(11.928)	
Cotas integralizadas	5			348.072				348.072	
Cotas amortizadas	5			(89.860)				(48.380)	
Resultados acumulados				(221.529)				(162.775)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				**36.992**	**100,84**			**137.457**	**100,39**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 11.760.191/0001-06
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE DO FUNDO

	Nota	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
		R$ mil	R$ mil
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS			
RENDAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**2.409**	**9.275**
Rendas com aplicações em cotas fundos de investimento em renda fixa		2.408	221
Receita com juros sob capital próprio - Sociedades alvo	4b	-	1.269
Receita com dividendos - Sociedades alvo	4a	1	-
Receita com ajuste positivo a valor justo - Sociedades alvo	3 e 4	-	3.961
Lucro com alienação de títulos de emissão de Sociedade Alvo	3b	-	3.824
DEMAIS RECEITAS		**1.694**	**-**
Reversão de encargos do Fundo		301	-
Outras rendas não operacionais		1.393	-
DESPESAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**(60.217)**	**-**
Despesa com ajuste negativo a valor justo - Sociedades alvo	3 e 4	(59.202)	-
Prejuízo com alienação de títulos de emissão de sociedades alvo	4	(1.015)	-
DEMAIS DESPESAS		**(2.640)**	**(2.298)**
Encargos do Fundo	6	(2.640)	(1.997)
Outras despesas não operacionais	6	-	(301)
RESULTADO DOS EXERCÍCIOS		**(58.754)**	**6.977**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS		**(58.754)**	**6.977**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 11.760.191/0001-06
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

	Nota	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
		R$ mil	R$ mil
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO INÍCIO DOS EXERCÍCIOS			
(348.071,5029 cotas a R$ 393,357907)		**136.917**	
(348.071,5029 cotas a R$ 373,315986)			**129.940**
RESULTADO PERTENCENTE AOS DETENTORES DE COTAS CLASSIFICADOS NO PL		**(58.754)**	**6.977**
DECRÉSCIMO DECORRENTE DA MOVIMENTAÇÃO DE COTAS		**(41.480)**	**-**
Amortização de cotas nos exercícios	5	**(41.480)**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO FINAL DOS EXERCÍCIOS			
(348.071,5029 cotas a R$ 105,389929)		**36.683**	
(348.071,5029 cotas a R$ 393,357907)			**136.917**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 11.760.191/0001-06
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
	R$ mil	R$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Desinvestimento em ações de emissão de sociedades abertas	53.746	-
Recebimento de juros sobre capital próprio	-	1.269
Recebimento de dividendos	1	-
Rendimentos de ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa	2.408	221
Pagamentos de Encargos do Fundo	(2.529)	(1.935)
Demais Recebimentos	1.393	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**55.019**	**(445)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de cotas emitidas pela Classe	(41.480)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(41.480)**	**-**
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.539	(445)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DOS EXERCÍCIOS	1.880	2.325
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DOS EXERCÍCIOS	**15.419**	**1.880**
RECONCILIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS COM O CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	**(58.753)**	**6.977**
(+ / -) Ajuste compra/venda de títulos de emissão de sociedades alvo	53.746	-
(+ / -) Ajuste lucro/prejuízo na alienação de títulos de emissão de sociedades alvo	1.015	(3.824)
(+ / -) Resultado com ajuste a valor justo - Sociedades alvo	59.202	(3.961)
(+) Ajuste de encargos a pagar/receber	(190)	363
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**55.019**	**(445)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL DO FUNDO

Constituição
O Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. ("Administradora"), foi constituído em 11.05.2010, sob forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº. 391, de 16.07.2003 ("ICVM 391"), revogada pela Instrução CVM nº 578, de 30.08.2016 ("ICVM 578"), que, por sua vez, foi revogada pela Resolução CVM nº 175, de 23.12.2022 ("RCVM 175").

Em 27.06.2025, o Fundo teve seu Regulamento adaptado à RCVM 175, estabelecendo classe única de cotas, definida como multiestratégia – responsabilidade ilimitada. Portanto, em se tratando de um fundo com classe única de cotas, referências a "Fundo" nessas demonstrações financeiras também devem ser entendidas como referência a sua "Classe Única", ou simplesmente "Classe", quando aplicável.

Qualificação como Entidade de Investimento nos termos da Instrução CVM nº 579, de 30.08.2016 ("ICVM 579")

Artigo 4º, inciso I:
O desenvolvimento e a gestão da carteira foram atribuídos à SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora"), a qual possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às Sociedades Investidas do Fundo, dentro dos limites de governança estabelecidos no regulamento do Fundo.

Artigo 4º, inciso II:
Conforme informado pela Gestora, o investimento dos recursos do Fundo nas atuais Sociedades Investidas tem o propósito único de gerar retorno através de apreciação do capital investido.

Artigo 4º, inciso III:
A avaliação das Sociedades Investidas do Fundo, para fins de modelo de gestão, é realizada com base no valor justo.

Artigo 4º, inciso IV:
O Regulamento do Fundo define, em seu Artigo 36 do Anexo da Classe Única, estratégias objetivas e claras a serem utilizadas pela Gestora para o desinvestimento das Sociedades Investidas. Além disso, o Regulamento deixa clara a atribuição da Gestora em relação à propositura e realização dos desinvestimentos, conforme o disposto no Artigo 14 do Anexo da Classe Única.

Artigo 5º, inciso I:
Fundo possui mais de um investimento.

Artigo 5º, inciso II:
O Fundo possui mais de um cotista.

Artigo 5º, inciso III:
Conforme informado pela Gestora, os cotistas não influenciam ou participam da administração das Sociedades Investidas do Fundo, nem tampouco são partes ligadas aos administradores de tais Sociedades Investidas.

Artigo 5º, inciso IV:
Conforme informado pela Gestora, os cotistas não possuíam qualquer relação societária, direta ou indiretamente, com as Sociedades Investidas, previamente ao investimento do Fundo.

Com base na análise acima, entendemos que o Fundo possui características que o qualificam como Entidade de Investimento, nos termos da ICVM 579.

Importante frisar que o posicionamento aqui exposto se refere ao entendimento individual e particular das áreas técnicas da Administradora e da Gestora do Fundo.

Registro de funcionamento
O Fundo obteve seu registro de funcionamento em 09.04.2010 (registro da Classe obtido em 27.06.2025), e encontra-se registrado na CVM sob o código 0110038 e para a Classe 0016705**.**

Prazo de Duração
O Fundo tem prazo de duração até 08.07.2027, podendo ser prorrogado mediante deliberação da Assembleia Especial de Cotistas

Conforme Ata de Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 08.07.2024, foi deliberada a prorrogação do prazo de duração do Fundo pelo período adicional de 1 ano, ou seja, com data de duração vigente até 08.07.2025.

Conforme Ata de Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 23.07.2025, foi deliberada a prorrogação do prazo de duração do Fundo pelo período adicional de 2 anos, ou seja, com data de duração vigente até 08.07.2027.

Público-alvo
O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

Objetivo
O objetivo do Fundo é obter rendimentos por meio dos investimentos previstos em sua Política de Investimentos.

Período de Investimentos
O Fundo poderá contratar investimentos durante o período que terá início na data de fechamento da primeira emissão e permanecerá vigente até a ocorrência de uma das seguintes hipóteses: (a) celebração do 5ª aniversário da data de fechamento da primeira emissão, sujeito a uma eventual prorrogação pelo Gestor, mediante aprovação dos cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, por um prazo adicional de até 9 meses; e (b) a data estabelecida por (i) decisão da Assembleia Geral de Cotistas; e (ii) em caso de alterações legais, regulamentares, ou por conta de decisões administrativas ou judiciais que tornem tal encerramento necessário ou recomendável pelo interesse dos cotistas; considerando-se o que ocorrer primeiro. O Período de Investimento poderá ter seu encerramento antecipado ou prorrogado mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

Política de Investimentos
O Fundo poderá realizar investimentos em ações, bônus de subscrição, debêntures, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão de Sociedade Alvo ou Sociedade Investidas.

O Fundo não poderá realizar Afac nas Sociedades Investidas.

O Fundo não poderá investir em ativos emitidos por sociedades limitadas.

O Fundo não poderá investir em ativos no exterior.

A parcela dos recursos do Fundo que não estiver aplicada nos ativos acima mencionados, poderá ser investida em (i) títulos de emissão do tesouro nacional; (ii) operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou (iii) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, custodiante e/ou suas empresas ligadas.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações:

(i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou

(ii) envolverem opções de compra ou venda de ações das Sociedades Investidas com o propósito de:

(a) ajustar o preço de aquisição da Sociedades Investidas com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou

(b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Comitê de Investimento
A realização de investimentos em companhias pelo Fundo deverá ser precedida de aprovação do Comitê de Investimento do Fundo.

Gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos do Fundo é realizado pela Gestora, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pela Administradora por meio de seus comitês internos.

Riscos
Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os Cotistas devem estar cientes de que:

(i) os ativos componentes da Carteira poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;

(ii) as carteiras de investimentos em participações apresentam um perfil de maturação de longo prazo, resultando na iliquidez dessas posições e, como consequência, as Cotas:

(a) não são passíveis de resgates intermediários, conforme vedação contida na Instrução CVM 578/16, revogada pela RCVM 175; e

(b) não há garantia de que haverá um mercado comprador para tais Cotas, caso o Cotista deseje alienã-las.

(iii) a Carteira poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de uma ou poucas Sociedades Investidas, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais Sociedades Investidas, não havendo garantia quanto ao desempenho das mesmas e não podendo a Administradora, o Gestor ou quaisquer dos membros do Comitê de Investimento, serem responsabilizados por qualquer depreciação da Carteira, ou por eventuais prejuízos sofridos pelos Cotistas, salvo em casos de comprovado má-fé ou manifesta negligência;

(iv) os investimentos nas Sociedades Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuem, não havendo garantia quanto ao desempenho destes setores e tampouco havendo garantias de que o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas;

(v) os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado e com liquidez significativamente baixa, portanto, caso (a) o Fundo precise vender tais ativos; ou (b) o Cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas Cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo): (1) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, ou (2) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o Cotista;

(vi) a responsabilidade dos cotistas da Classe é ilimitada e, portanto, não está circunscrita ao montante por eles subscrito. Nesse sentido, em caso de patrimônio líquido negativo da Classe, os cotistas poderão ser chamados a aportar recursos, independentemente da existência de cotas subscritas;

(vii) as aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de outros prestadores de serviços, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC; e

(viii) o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle da Administradora e da Gestora.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas pela CVM.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários, fundos de investimento/aplicações financeiras de renda fixa de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, para gerenciamento dos compromissos de curto prazo do Fundo.

b) Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição ajustado pela variação no valor das cotas informado pelo administrador do respectivo fundo de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundo de investimento estão apresentadas nas Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo em Rendas com Títulos e Valores Mobiliários – Rendas com aplicações em cotas fundos de investimento em renda fixa.

Em 28.02.2026 e 28.02.2025 o fundo investido LT Zeragem FIF Renda Fixa Simples (CNPJ N° 49.253.483/0001-25, “LT Zeragem”), administrado pela Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., é utilizado como gestão de saldo de caixa e, com isto, é considerado como equivalente de caixa.

c) Títulos de emissão de sociedades alvo

Os ativos de emissão das Sociedades Investidas deverão permanecer contabilizados a valor justo, o qual deverá ser anualmente mensurado por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras do Fundo, exceto na hipótese prevista no Parágrafo Quarto do Artigo 3º da Instrução CVM 579/16.

(i) Ações

A valorização e/ou desvalorização das ações de emissão das Sociedades Investidas, sob titularidade do Fundo, estão apresentadas na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

A mensuração do valor justo das ações será formalizada por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a ser contratada em nome do Fundo, ou da maneira que melhor representar a estimativa de valor justo, conforme estabelecido em Nota Explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.

O Fundo pode possuir investimento em entidades controladas, coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto, mas apresenta exclusivamente demonstrações financeiras individuais, conforme estabelecido no parágrafo 5º do artigo 3º da ICVM 579/16.

d) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora e pela Gestora do Fundo para emissão e divulgação em 15.06.2026 (“Data de Aprovação”).

3. INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO FUNDO

a) Ri Happy Brinquedos S.A. ("Ri Happy")

A Ri Happy é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social o comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

O investimento do Fundo na Ri Happy está demonstrado na tabela a seguir, com percentual de participação de 25,01% (*) (25,01% (*) em 28.02.2025) na empresa:

Investimento do Fundo em Ações da Ri Happy			
Exercício findo	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor (R$) mil**
28.02.2026	ON	9.235.674	20.083
28.02.2025	ON	9.235.674	78.760

(*) Para fins de mensuração do valor justo, o Fundo detém 25,01% das ações da Ri Happy. Existe a possibilidade de diluição da participação do Fundo para o percentual de até 23,95%, caso sejam exercidas opções objeto de plano de opção de compra de ações da Ri Happy.

As demonstrações financeiras da Ri Happy referentes a 31.12.2025 foram disponibilizadas ao Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 14.05.2026, sem modificações.

Avaliação a valor justo

As ações da Ri Happy não possuem cotação em bolsa de valores e/ou liquidez, conforme laudo de avaliação preparado pela Kroll Brasil Ltda. ("Kroll"). A Kroll iniciou suas atividades há mais de 110 anos, seus colaboradores fazem parte de uma comunidade internacional de consultores de avaliação e especialistas em assessoria.

Com o objetivo de analisar a razoabilidade do valor justo calculado pela Gestora através da Abordagem de Renda – Fluxo de Caixa Descontado, foi contratado pelo Fundo o escopo de revisão independente junto à Kroll. Conforme relatório emitido pela Kroll, o avaliador independente concluiu, através da metodologia Abordagem de Renda - Fluxo de Caixa Descontado, que o valor calculado pela Gestora se encontra dentro de seu intervalo de razoabilidade.

Em 28.02.2026, com base no laudo de avaliação emitido pela Kroll, a participação do Fundo na Ri Happy foi avaliada por R$ 20.083 (R$ 78.760 em 28.02.2025), gerando um resultado negativo no montante de R$ 58.677 (resultado positivo de R$ 6.387 em 28.02.2025) reconhecido na rubrica "Despesa com ajuste negativo a valor justo - Sociedades alvo" e "Receita com ajuste positivo a valor justo – Sociedades alvo", respectivamente, da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

Algumas das premissas utilizadas para a avaliação da empresa pelo método de fluxo de caixa descontado são apresentadas resumidamente abaixo:

- **Data-base:** 31.12.2025 e 31.12.2024;

- **Período de projeção:** 10 (dez) anos, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e perpetuidade. O período de projeção foi determinado de acordo com o período de projeção apresentado no plano de negócios fornecido pela Administração;

- **Convenção de meio ano (*Mid-year Convention*):** A convenção foi levada em conta para o cálculo do valor presente, ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mid-year point*) representa o ponto médio de geração de caixa da companhia.

- **Moeda:** Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, com o efeito da inflação;

- **Taxa de desconto:** Em termos nominais, de acordo com a metodologia WACC:

Data base laudo	Metodologia	Período projetivo	Taxa de desconto (WACC)
31.12.2025	Abordagem de renda - Fluxo de caixa descontado	2026-2035 e perpetuidade	20,26%
31.12.2024	Abordagem de renda - Fluxo de caixa descontado	2025-2034 e perpetuidade	16,8%

Visão geral das metodologias

Abordagem da Renda

A Abordagem da Renda é uma técnica de avaliação que fornece uma estimativa de valor justo de um negócio ou ativo baseado nos fluxos de caixa que o negócio ou ativo espera gerar ao decorrer de sua vida útil.

A Abordagem da Renda é tipicamente aplicada pelo método de Fluxo de Caixa Descontado ("*Discounted Cash Flow*" ou "DCF") para determinar o valor justo de um negócio. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio, descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

Todas as projeções são realizadas em termos nominais, considerando os efeitos da inflação.

Os fluxos de caixa são descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

Quando a Abordagem de Renda é aplicada, o fluxo de caixa que espera ser gerado por um negócio é descontado a seu valor presente equivalente utilizando a taxa de desconto que reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro. Esse retorno é uma taxa geral baseada em taxas de retorno individuais de capital investido (i.e., capital próprio e capital de terceiros). Esse retorno, conhecido como custo médio ponderado do capital ("*weighted average cost of capital*" ou "WACC") é calculado pela ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada.

b) Estok Comércio e Representações S.A. ("Estok")

A Estok é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração.

Em 08.08.2024, foi firmado um acordo entre os então acionistas controladores da Estok, dentre eles o Fundo, e a Mobly S.A. ("Mobly") (o "*Contribution Agreement*"), por meio do qual foi acordado, entre outras matérias, e sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, a realização de um aumento de capital na

Mobly através da contribuição, na data do fechamento, das ações emitidas pela Estok de titularidade dos acionistas controladores da Estok (“Operação”).

Nesse contexto, cada ação da Estok forneceria o direito aos acionistas da Estok de subscrever 0,098789 novas ações da Mobly no aumento de capital (desconsiderando quaisquer ações fracionárias) e, dessa forma, o Fundo que possuía 23.515.041 ações da Estok, após a conclusão da operação, teve direito a receber 2.323.027 ações da Mobly.

Além disso, seria atribuído, como vantagem adicional, um bônus de subscrição de emissão da Mobly para cada nova ação subscrita e integralizada no âmbito do aumento de capital, sendo certo que cada bônus de subscrição conferiria a seu titular o direito de subscrever 0,555556 nova ação ordinária adicional de emissão da Mobly, ao preço de exercício de R$ 9,00 por ação, observado os demais termos e condições aplicáveis (“Bônus de Subscrição” ou “Bônus”).

Em Assembleia Geral Extraordinária da Mobly realizada em 20.09.2024 foi ratificada a celebração do *Contribution Agreement* pela companhia, e, em Reunião do Conselho de Administração da Mobly realizada em 17.10.2024, foram aprovados, dentre outras matérias, (i) aumento de capital mediante a emissão, para subscrição privada, de no mínimo 13.682.205 novas ações e no máximo 56.520.336 novas ações, pelo preço de emissão de R$ 4,08 (quatro reais e oito centavos), e (ii) emissão e entrega de 1 (um) Bônus de Subscrição para cada 1 (uma) ação ordinária subscrita e integralizada no âmbito do aumento de capital, conferindo ao seu titular o direito de subscrever 0,555556 ação ordinária adicional para cada Bônus, ao preço de exercício de R$ 9,00 (nove reais) por ação.

Em 08.11.2024 foi consumada a Operação, tendo o Fundo subscrito e integralizado 2.323.027 ações da Mobly pelo valor de R$ 9.478, mediante a contribuição, pelo Fundo, de 23.515.041 ações de emissão da Estok, gerando um resultado positivo de R$ 3.824, reconhecido na rubrica “Lucro com alienação de títulos de emissão de sociedades alvo” da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo, e, consequentemente, passando o Fundo a ser titular de ações de emissão da Mobly correspondentes a aproximadamente 1,89% de seu capital social, tendo-lhe sido atribuído 2.323.027 Bônus de Subscrição que conferem ao Fundo o direito de subscrever até 1.290.571 novas ações ordinárias da Mobly.

Em Aviso aos Acionistas divulgado em 22.11.2024, a Mobly informou que, durante o período de exercício do direito de preferência, foram subscritas 16.273.254 novas ações, pelo preço de emissão de R$ 4,08 (quatro reais e oito centavos) por nova ação. No âmbito do Aumento de Capital, foi aprovada a emissão de uma quantidade máxima de 56.520.336 novas ações, verificou-se que 40.247.082 novas ações não foram subscritas no período de exercício do direito de preferência. O período para subscrição das sobras de ações teve início em 26.11.2024 e encerramento em 02.12.2024. Em Reunião do Conselho de Administração da Mobly realizada em 10.12.2024 foi aprovado, dentre outros assuntos, o cancelamento de 40.246.837 ações, tendo em vista que tais ações não foram subscritas e integralizadas no âmbito do aumento de capital.

Em 28.02.2025, o Fundo não possui mais investimento direto em ações de emissão da Estok.

c) Grupo Toky S.A. (“Toky”, atual denominação da “Mobly S.A.”)

A Toky é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, localizada na cidade de São Paulo (“B3”), sob o código de negociação “TOKY3”, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social, dentre outros, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Toky realizada em 30.04.2025 foi aprovada a alteração da denominação social da companhia de Mobly S.A. para "Grupo Toky S.A."

Em Reuniões do Conselho da Administração da Toky realizadas em 14.11.2025 e 30.12.2025, foram aprovados novos aumentos de capital da Toky, mediante a emissão de 94.023.587 novas ações ordinárias, decorrentes de capitalização de crédito e conversão de debêntures de outros acionistas, consequentemente, o percentual de participação do Fundo na Toky foi diluído em 0,82%, passando de 1,89% para 0,10%.

Em 28.02.2026 o Fundo é detentor de 2.323.027 (2.323.027 em 28.02.2025) ações ordinárias de emissão da Toky cotadas na B3 ao preço unitário de fechamento de R$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) (R$ 1,39 (um Real e trinta e nove centavos) em 28.02.2025).

O investimento do Fundo na Toky está demonstrado na tabela a seguir, com percentual de participação de 1,07% (1,89% em 28.02.2025) na empresa:

Investimento do Fundo na Mobly				
Exercício findo	**Ativo**	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor (R$) mil**
28.02.2026	Ações	ON	2.323.027	1.487
28.02.2026	Bônus	-	2.323.027	3
28.02.2025	Ações	ON	2.323.027	3.229
28.02.2025	Bônus	-	2.323.027	151

As demonstrações financeiras da Toky referentes ao exercício findo em 31.12.2025 foram disponibilizadas ao mercado juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em 31.03.2026, sem modificações e com a seguinte menção:

*"**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional***

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas considerados pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação dos pagamentos de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa n° 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Avaliação a valor justo

As ações da Toky possuem cotação na B3, e de acordo com a avaliação da Gestora do Fundo, foi considerado que o volume de negociações das ações da Toky possui o grau de maturidade necessário para viabilizar a

utilização, pelo Fundo, em 28.02.2026 e 28.02.2025, como melhor indicativo de valor de mercado da companhia e, portanto, o Fundo foi dispensado da necessidade de contratação de empresa especializada para a mensuração do valor justo da Toky, por meio de elaboração de laudo de avaliação, conforme sugerido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 da Parte Geral do Regulamento do Fundo.

Em 28.02.2026 e 28.02.2025, os Bônus de Subscrição, que conferem ao Fundo o direito de subscrever até 0,555556 ação ordinária de emissão da Toky por Bônus de Subscrição emitido ao preço de exercício de R$ 9,00 (nove Reais), foi avaliado, com base no modelo Black & Scholes, por R$ 3 (R$ 151 em 28.02.2025) conforme apresentado na Demonstração da Posição Financeira do Fundo.

Em 28.02.2026, com base na cotação na B3, a participação do Fundo nas ações da Toky foi avaliada por R$ 1.487 (R$ 3.229 em 28.02.2025), enquanto os Bônus de Subscrição foram avaliados por R$ 3 (R$ 151 em 28.02.2025), como verificado acima, gerando um resultado negativo no montante de R$ 1.890 (negativo de R$ 6.235 em 28.02.2025) reconhecido na rubrica “Despesa com ajuste negativo a valor justo - Sociedades alvo” e “Receita com ajuste positivo a valor justo – Sociedades alvo”, respectivamente, da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

4. DESINVESTIMENTOS REALIZADOS PELO FUNDO

a) HPT Participações S.A. (“HPT”)

A HPT é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a participação em quaisquer sociedades empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Em Assembleia Geral Ordinária da HPT, realizada em 16.01.2026, foi aprovado a distribuição de dividendos pela HPT, sendo atribuído ao Fundo um montante no valor de R$ 1, recebido em 19.01.2026, conforme apresentado na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo e Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto.

Em Assembleia Geral Extraordinária da HPT, realizada em 26.01.2026, foi aprovada, dentre outros assuntos, a dissolução e liquidação da HPT, com a aprovação do balanço patrimonial de encerramento e da partilha do ativo remanescente, sendo atribuído ao Fundo o valor de R$ 127, recebido pelo Fundo em 30.01.2026, conforme apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto. A operação resultou em um prejuízo ao Fundo de R$ 37, conforme apresentado na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente.

Em 28.02.2025 o investimento do Fundo na HPT está demonstrado na tabela a seguir, com percentual de participação de 1,70% na empresa:

Investimento do Fundo em Ações da HPT			
Exercício findo	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor (R$) mil**
28.02.2026	-	-	-
28.02.2025	ON	17.000	164

Avaliação a valor justo

As ações da HPT não possuem cotação em bolsa de valores e/ou liquidez, conforme laudo de avaliação preparado pela Kroll.

Em 28.02.2025, com base no laudo de avaliação emitido pela Kroll, a participação do Fundo na HPT foi avaliada por R$ 164, gerando um resultado positivo no montante de R$ 9 reconhecido na rubrica "Receita com ajuste positivo a valor justo – Sociedades alvo" da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

Visão geral das metodologias

Abordagem de Ativos Líquidos

A Abordagem de Ativos Líquidos (*Net Asset Value* – "NAV") fornece uma indicação do valor justo de uma empresa, ajustando os saldos de ativos e passivos no balanço patrimonial de uma empresa para seus equivalentes valores a valor justo. O valor justo do patrimônio líquido é então indicado pela soma do valor justo dos ativos menos o valor justo dos passivos para chegar ao valor patrimonial líquido. Ao aplicar esta abordagem, o valor contábil dos ativos e passivos individuais é frequentemente confiado como um indicador de valor justo. A Abordagem NAV é útil em situações em que as indicações de valor pelas Abordagens de Renda ou Mercado estão abaixo do valor contábil de uma entidade ou quando se trata de uma empresa não operacional como por exemplo uma *holding*.

Devido à HPT no exercício findo em 28.02.2025 não apresentar operações e não possuir participação em outras companhias, adotou-se o método da Abordagem de Ativos Líquidos (NAV), somando os ativos presentes no balanço patrimonial na data-base, e subtraindo os passivos.

b) Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or")

A Rede D'Or é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita na bolsa de valores B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, localizada na cidade de São Paulo ("B3"), sob o código de negociação "RDOR3", com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hotelaria, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde. A Rede D'Or participa, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, dos segmentos de saúde (seguro saúde e odontológico, planos de saúde e odontológico administrados e soluções de saúde e bem-estar), seguros de pessoas, previdência privada, e gestão e administração de ativos.

Em Reunião do Conselho de Administração da Rede D'Or, divulgada em 21.03.2024, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP) pela Rede D'Or, sendo atribuído ao Fundo um montante no valor de R$ 261, recebido em 05.04.2024, conforme apresentado na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Em Reunião do Conselho de Administração da Rede D'Or, divulgada em 25.06.2024, e posteriormente alterada pelo Aviso aos Cotistas realizado em 28.06.2024, foi aprovado o pagamento de JCP pela Rede D'Or, sendo atribuído ao Fundo um montante no valor de R$ 305, recebido em 09.07.2024, conforme apresentado nas Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Em Reunião do Conselho de Administração da Rede D'Or divulgada em 23.09.2024 foi aprovado o pagamento de JCP pela Rede D'Or, sendo atribuído ao Fundo um montante no valor de R$ 306, recebido em 04.10.2024, conforme apresentado nas Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo e Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto.

Em Reunião do Conselho de Administração da Rede D'Or, divulgada em 13.12.2024, foi aprovado o pagamento de JCP pela Rede D'Or, sendo atribuído ao Fundo um montante no valor de R$ 397, recebido em 30.12.2024, conforme apresentado nas Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo e Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto.

Durante o exercício findo em 28.02.2026, o Fundo alienou o total de 1.959.306 ações pelo montante de R$ 53.619, conforme apresentado na rubrica "Desinvestimento em ações de emissão de sociedades abertas" da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo – Método Direto. Este desinvestimento resultou em um prejuízo na venda de ações no montante de R$ 978 e em uma despesa no valor de R$ 41 referente a taxa de corretagem, conforme apresentado na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

Em 28.02.2025 o Fundo era detentor de 1.959.306 ações ordinárias de emissão da Rede D´Or, cotadas na B3 ao preço unitário de fechamento de R$ 27,19 (vinte e sete reais e dezenove centavos).

Em 28.02.2025 o investimento do Fundo na Rede D'Or está demonstrado na tabela a seguir, com percentual de participação de 0,09% na empresa:

Investimento do Fundo em Ações da Rede D'Or			
Exercício findo	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor (R$) mil**
28.02.2026	-	-	-
28.02.2025	ON	1.959.306	53.273

Avaliação a valor justo

As ações da Rede D'Or possuem cotação na B3, e de acordo com a avaliação da Gestora do Fundo, foi considerado que o volume de negociações das ações da Rede D'Or possui o grau de maturidade necessário para viabilizar a utilização, pelo Fundo, em 28.02.2025, como melhor indicativo de valor de mercado da companhia e, portanto, o Fundo foi dispensado da necessidade de contratação de empresa especializada para a mensuração do valor justo da Rede D'Or, por meio de elaboração de laudo de avaliação, conforme sugerido no Parágrafo Segundo do Artigo 45 do Regulamento do Fundo.

Em 28.02.2026 o Fundo não possuía investimento na Rede D'Or, enquanto em 28.02.2025, com base na cotação da B3, a participação do Fundo na Rede D'Or foi avaliada por R$ 53.273. Em 28.02.2026 o investimento na Rede D'Or gerou um resultado positivo no montante de R$ 1.365 (resultado positivo de R$ 3.663 em 28.02.2025) reconhecido na rubrica "Receita com ajuste positivo a valor justo – Sociedades alvo", da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

5. DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

Dispensa do Registro da oferta
Considerando que a oferta das cotas do Fundo se deu nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16.01.2009 ("ICVM 476"), posteriormente revogada pela Resolução CVM nº 160 de 13.07.2022 ("RCVM 160"), não houve registro da oferta junto à CVM.

Distribuição
Durante os exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025, não foram realizadas novas ofertas de distribuições de cotas.

Subscrição
A oferta resultou na subscrição de 360.000 cotas, totalizando o montante de R$ 360.000 ("Capital Subscrito").

Integralizações realizadas até fevereiro de 2026
Até 28.02.2026 os cotistas haviam integralizado 348.071,5029 (348.071,5029 em 28.02.2025) cotas do Fundo, totalizando o montante de R$ 348.072 (R$ 348.072 em 28.02.2025), correspondente a 96,69% (96,69% em 28.02.2025) do Capital Subscrito.

O saldo de capital a integralizar no montante de R$ 11.928 (R$ 11.928 em 28.02.2025) será integralizado pelos cotistas conforme chamadas de capital realizada pela Administradora, de acordo com as necessidades de caixa do Fundo.

Amortização
O Regulamento do Fundo prevê a possibilidade de amortização de cotas.

Durante o exercício findo em 28.02.2026 o Fundo realizou distribuições no montante de R$ 41.480 (no exercício findo em 28.02.2025 não ocorreram amortizações), a título de amortização de cotas, conforme apresentado na rubrica "Amortização de cotas" da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Fundo, e na rubrica "Amortização de cotas emitidas pelo Fundo" da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo – Método Direto.

Resgate
O regulamento do Fundo não prevê a possibilidade de resgate de cotas, exceto pelo término do prazo de duração do Fundo ou na hipótese de sua liquidação.

6. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DEMAIS ENCARGOS DO FUNDO

Até 31.07.2024, pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo pagava uma Taxa de Administração correspondente a 0,7125% ao ano sobre o Capital Subscrito do Fundo (durante o Período de Investimentos), deduzido da diferença positiva apurada (se houver), entre (a) o valor atualizado dos investimentos em Sociedades Investidas contabilizado pelo Fundo; e (b) o valor do capital investido nas Sociedades Investidas, deduzido do valor de custo dos desinvestimentos totais realizados. A Taxa de Administração deveria observar o valor mínimo de 0,375% ao ano do Capital Subscrito do Fundo.

A partir de 01.08.2024, pela prestação dos serviços de administração e gestão, o Fundo passou a pagar uma Taxa de Administração correspondente a 0,6413% ao ano sobre o Capital Subscrito do Fundo (durante o Período de Investimentos) e sobre o patrimônio líquido do Fundo (após o Período de Investimentos), deduzido da diferença positiva apurada, (se houver) entre (a) o valor atualizado dos investimentos em sociedades investidas contabilizado pelo Fundo e (b) o valor do capital investido nas sociedades investidas, deduzido do

valor de custo dos desinvestimentos totais realizados ("Custo Remanescente"). A taxa de administração deve observar o valor mínimo de 0,3375% ao ano do Capital Subscrito do Fundo.

Com a adaptação à RCVM 175, conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 15, o Fundo pagará uma Taxa de Administração de 0,07% ao ano do Capital Subscrito ou patrimônio líquido, dos dois o maior, acrescida dos tributos incidentes sobre o faturamento do Administrador, observado o valor mínimo mensal. Pela prestação dos serviços de gestão, o Fundo pagará uma Taxa de Gestão correspondente a 0,5713 % ao ano sobre o Capital Subscrito do Fundo (durante o Período de Investimentos) e sobre o patrimônio líquido do Fundo (após o Período de Investimentos), deduzido da diferença positiva apurada, (se houver) entre (a) o valor atualizado dos investimentos em sociedades investidas contabilizado pelo Fundo e (b) o valor do capital investido nas sociedades investidas, deduzido do valor de custo dos desinvestimentos totais realizados ("Custo Remanescente"). A taxa de gestão deverá observar o valor mínimo de 0,2631% ao ano do Capital Subscrito do Fundo.

O Gestor poderá fazer jus ao recebimento de Taxa de Performance, a qual se apurada, será paga nos termos descritos no Art. 22 do Regulamento do Fundo. Em 28.02.2026 e 28.02.2025 não houve provisão relacionada a taxa de performance.

As despesas incorridas pelo Fundo estão demonstradas na tabela a seguir:

Despesas	Exercício findo em 28.02.2026		Exercício findo em 28.02.2025	
	Valor (R$) mil	% PL médio (*)	Valor (R$) mil	% PL médio (*)
Taxas relativas à prestação de serviços ao Fundo (**)	2.548	2,6861	1.939	1,4405
Taxa de Fiscalização – CVM	20	0,0211	19	0,0141
Outras	72	0,0759	39	0,0290
TOTAL	**2.640**	**2,7831**	**1.997**	**1,4836**

(*) O PL médio mensal do Fundo foi de R$ 94.860 (R$ 134.605 durante o exercício findo em 28.02.2025).
(**) Inclui a taxa de administração do Fundo.

7. SERVIÇOS

Administração do Fundo
A administração do Fundo é exercida pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. ("Administradora").

Gestão do Fundo.
A gestão da carteira do Fundo é exercida pela SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora").

Controladoria do Fundo
O serviço de controladoria foi executado pela própria Administradora.

Custódia e Escrituração de Cotas
Nos exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025 os serviços de custódia e escrituração de cotas estavam sob a responsabilidade da Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Distribuição de Cotas
Durante o Período de Distribuição a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Antiga Administradora") delegou os serviços de distribuição de cotas do Fundo ao Santander Caceis Brasil DTVM S.A.

8. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Conforme disposto nos artigos 24º da Lei nº 14.754 de 12.12.2023 (“Lei 14.754”) e, 2º da Lei nº 11.312 de 27.06.2026 (“Lei 11.312”), os cotistas de Fundos de Investimento em Participações, classificados como Entidade de Investimento nos termos da Resolução CMN nº 5.111, estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidente sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Por outro lado, a Lei 14.754 determina em seu artigo nº 26, a tributação periódica no último dia dos meses de maio e novembro (“Tributação Periódica”), de cotistas de Fundos de Investimento em Participações não classificados como Entidade de Investimento.

Conforme o disposto na nota explicativa nº 1 dessas demonstrações financeiras, a Administradora analisou e classificou o Fundo como Entidade de Investimento, motivo pelo qual não se fez aplicável a Tributação Periódica.

Quando o cotista for residente ou domiciliado no exterior, a alíquota de imposto de renda poderá ser de 0%, observadas as condições estabelecidas na Lei 11.312, sendo uma delas o enquadramento do Fundo como Entidade de Investimento, conforme alterado pela Lei nº 14.711, de 30.10.2023.

Tais normas tributárias não se aplicam a cotistas que se configurem isentos ou imunes do imposto de renda em decorrência de legislações específicas.

9. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS PELO FUNDO

Os resultados serão distribuídos pelo Fundo aos cotistas de acordo com os procedimentos descritos no Regulamento do Fundo, os quais se encontram sumarizados a seguir:

O Fundo poderá distribuir aos cotistas valores relativos a: (i) desinvestimentos dos ativos da carteira; (ii) juros, juros sobre capital próprio, dividendos e quaisquer outros valores pagos relativamente aos títulos e valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida; (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos; (iv) outras receitas de qualquer natureza do Fundo; e (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo.

Quando do ingresso de recursos no Fundo sob alguma das formas previstas nos itens (i), (ii) e (iv) acima descritos, a Gestora deverá indicar a Administradora se tais valores deverão ser destinados à Distribuição e/ou permanecer no caixa do Fundo. Já em relação aos rendimentos previstos no item (iii) acima descrito, estes serão passíveis de Distribuição apenas por ocasião da liquidação do Fundo.

As Distribuições serão feitas aos cotistas sob a forma de: (i) amortização de cotas, sempre proporcionalmente ao número de cotas integralizadas por cada cotista; (ii) resgate de cotas quando da liquidação do Fundo.

10. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Administradora adota como política de divulgação de informações em especial o disposto no Regulamento do Fundo e na ICVM 578, revogada pela RCVM 175, e possui uma área específica focada no atendimento e prestação de informações aos cotistas do Fundo.

11. VARIAÇÃO DO VALOR DA COTA

Devido aos critérios de Aferição de Valor descritos na nota explicativa nº 2, a variação da cota não necessariamente representa verificação efetiva da rentabilidade do Fundo. A rentabilidade do Fundo será objeto de aferição objetiva por ocasião da realização financeira dos investimentos e do encerramento e liquidação do Fundo.

A rentabilidade da cota no exercício analisado foi a seguinte:

Mês	Valor em R$, no final do mês	Variação mensal da cota %	Variação acumulada %
28/02/2025	393,357908	-	-
31/03/2025	396,125501	0,70	0,70
30/04/2025	277,252559	(30,01)	(29,52)
31/05/2025	276,831260	(0,15)	(29,62)
30/06/2025	276,417601	(0,15)	(29,73)
31/07/2025	278,170698	0,63	(29,28)
31/08/2025	277,612493	(0,20)	(29,42)
30/09/2025	276,850627	(0,27)	(29,62)
31/10/2025	277,937059	0,39	(29,34)
30/11/2025	277,296491	(0,23)	(29,51)
31/12/2025	276,245670	(0,38)	(29,77)
31/01/2026	274,239765	(0,73)	(30,28)
28/02/2026 (*)	105,389929	(61,57)	(73,21)

(*) Rentabilidade impactada pelo ajuste a valor justo dos investimentos do Fundo, conforme apresentado na nota explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.
(**) Rentabilidade mensal não auditada, apenas anual.

12. DEMANDAS JUDICIAIS

Até a Data de Aprovação destas demonstrações financeiras, a Administradora não obteve o conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais, em curso, envolvendo o Fundo ou a Administradora, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer destes contra a Administradora do Fundo, que requeressem divulgações por meio destas demonstrações financeiras, nos termos das práticas contábeis aplicáveis ao Fundo, incluindo as normas e as orientações emanadas pela CVM.

13. PRESTAÇÕES DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Administradora contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº. 162, de 13.07.2022, informamos que durante o exercício findo em 28.02.2026, o Fundo não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG, com exceção do serviço de auditoria de suas demonstrações financeiras.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela própria KPMG, os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) O auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) O auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) O auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

14. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025, o Fundo não realizou transações com partes relacionadas, com exceção das movimentações oriundas de (i) aplicações e resgates junto ao LT Zeragem; e (ii) pagamento das taxas de administração, custódia, escrituração e tarifas bancárias.

15. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Em Instrumento Particular de Alteração de Regulamento do Fundo realizado em 01.08.2024 foi aprovado, dentre outros itens, a pedido da Gestora, uma redução de 10% na Taxa de Administração devida pelo Fundo; e, o Regulamento do Fundo poderá ser alterado independentemente de deliberação em assembleia geral de cotistas sempre que tal alteração envolver redução da taxa de administração.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES.

a) <u>Resolução CVM nº 175</u>
Em 12.03.2024, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM nº 200 (“RCVM 200”), que alterou a RCVM 175. Entre outros itens, prorrogou o prazo de adaptação, de 31.12.2024, para 30.06.2025.

Conforme informado na nota explicativa nº 1 dessas demonstrações financeiras, o Fundo concluiu sua adaptação a RCVM 175 em 27.06.2025.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Reunião do Conselho de Administração da Toky, realizada em 11.05.2026, foi aprovado em caráter de urgência, o ajuizamento de pedido de recuperação judicial, com o objetivo de resguardar a Toky e viabilizar a continuidade de suas atividades.

O Fundo firmou, em 11.05.2026, instrumento para a venda integral de suas ações e bônus de subscrição de emissão da Toky. A efetivação do negócio aguarda a verificação de condições suspensivas previstas contratualmente.

* * *

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.